



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      , DE 2012 (do Sr. Guilherme Campos)**

Requer informações ao Senhor Ministro da Fazenda relativas à estimativa de impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 1.435, de 2011, que “Dispõe sobre os fundamentos e a política do agroturismo ou turismo rural e dá outras providências”.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno desta Casa, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Fazenda no sentido da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, para cada exercício de 2012 a 2015, nos termos do Projeto de Lei nº 1.435, de 2011, em tramitação nesta Casa do Congresso Nacional.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Na condição de Relator do Projeto de Lei nº 1.435, de 2011, de autoria da Sra. Iracema Portela, conforme designado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, apresento o presente requerimento no intuito de melhor subsidiar a análise técnica da matéria que comporá o Parecer da ser submetido à apreciação da referida Comissão.

O presente requerimento refere-se a estimativas de impactos financeiro-orçamentário decorrentes da reclassificação das atividades consideradas como agrícolas nos termos do Projeto de Lei nº 1.435, de 2012. O presente requerimento de informação decorre da observância ao estabelecido no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) combinado ao estabelecido no



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

art. 90 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (Lei nº 12.708/2001), que determinam que as proposições que “importem ou autorizem (...) aumento de despesa da União”, além de estar “acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes”, contenham “estimativa do impacto orçamentário-financeiro (...) elaborada ou homologada por órgão competente da União e acompanhada da respectiva memória de cálculo”.

Sala das Sessões, em            de            de 2012.

**GUILHERME CAMPOS**

Deputado Federal

PSD-SP